

1000: 1000 LAMIA ADUNITA

100 50

COLLEY

1000: 1000 LAMIA ADUNITA
1000: 1000 LAMIA ADUNITA
1000: 1000 LAMIA ADUNITA

O URBANO PÓS PANDEMIA:

ENSAIO SOBRE AS CONTRADIÇÕES DA PRODUÇÃO E APROPRIAÇÃO CAPITALISTA DO ESPAÇO A PARTIR DA CRISE SANITÁRIA DA COVID-19 NO BRASIL

HIGOR CARVALHO* MARCIA HIRATA** CAROLINA LAIATE***

DOI: <https://doi.org/10.35699/2316-770X.2021.32850>

RESUMO: A crise sanitária e de saúde pública evidenciada pela pandemia da covid-19 se expressa também como esgotamento do modelo de desenvolvimento e de produção do espaço vigente. Repensar esse modelo de produção apresenta-se como condição para conter o surgimento de novas epidemias globais. Neste ensaio, apoiados em teses desenvolvidas por Lefebvre, Harvey, entre outros, observamos a crise presente no urbano sob a pandemia e a movimentação dos agentes da produção do espaço, para vislumbrar cenários hipotéticos sobre o futuro do urbano. Prospectamos, neste exercício teórico, que a distopia do e no urbano resultará da associação de transformações recentes do capitalismo com contradições intensificadas trazidas pela pandemia. Por outro lado, a luta social organizada pode assumir um papel de resistência a este cenário.

PALAVRAS CHAVE: produção do espaço urbano, pandemia, sociedade pós-pandêmica

THE POST-PANDEMIC URBAN: AN ESSAY ON THE CONTRADICTIONS OF CAPITALIST PRODUCTION AND APPROPRIATION OF SPACE FROM THE HEALTH CRISIS OF COVID-19 ON IN BRAZIL

ABSTRACT: The sanitary and public health crisis evidenced by the pandemic of COVID-19 is also expressed as the exhaustion of the current model of development and production of space. Rethinking this model of production is presented as a condition for containing the emergence of new global epidemics. In this essay, based on theses developed by Lefebvre, Harvey, among others, we observe the crisis present in the urban under the pandemic and the movement of the agents of space production, to glimpse hypothetical scenarios about the future of the urban on the future of our cities. In this theoretical exercise, we assume that the dystopian future of and in the urban will result from the association of recent transformations of capitalism with intensified contradictions brought about by the pandemic. On the other hand, organized social struggle can assume a role of resistance to this scenario.

KEY-WORDS: the production of urban space, pandemics, post-pandemic society.

* Doutorando no Instituto de Governança Ambiental e Desenvolvimento Territorial da Universidade de Genebra. email: higor.carvalho@unige.ch

** Professora Adjunta na Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de São João del Rey. email: marciahirata@ufsj.edu.br

* Arquiteta e Mestranda em Geografia Humana na Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.

Introdução

A emergência do novo coronavírus desde o final de 2019 colapsou o mundo. Talvez os efeitos da globalização nunca tenham se revelado de maneira tão evidente. Tão rápido quanto a velocidade de divulgação das notícias sobre o novo vírus, e mais rapidamente do que o avanço na produção de conhecimento científico sobre o mesmo, deu-se o espraiamento de casos confirmados da nova doença em todo o planeta. Diferentemente do ocorrido com a epidemia de Síndrome Aguda Respiratória Grave (SARS, em inglês) que assolou a Ásia em 2003, agora não foi preciso mais do que 14 dias para confirmação dos primeiros casos registrados fora da República Popular da China, e pouco mais de um mês para surgir em África e América Latina. Mas além de mais globalizado, o SARS-CoV-2 (novo coronavírus) encontrou também um planeta mais urbanizado. Se há 17 anos cerca de 47% da população mundial vivia em cidades, em 2019 o percentual era de cerca de 56%. (UNITED NATIONS, 2018)

Com um padrão demográfico mais urbano, com cidades conectadas globalmente numa complexa malha de pontes aéreas, com alto fluxo de pessoas, mercadorias, capital e (des)informação, pesquisas apontam haver concentração de casos de covid-19 onde há grande número de trabalhadores que viajam diariamente por horas em modais de transporte coletivo lotados¹. Associa-se a isso um novo modelo de *laissez-faire* radicalizado, pautado na desinformação e na negação, que politiza a morte de modo a gerar caos e crise que justifiquem novas guinadas no autoritarismo político no país.

De fato, o novo coronavírus encontra o Brasil mais urbano, mas também mais desigual e com investimentos públicos no Sistema Único de Saúde (SUS) limitados pela Emenda Constitucional n.º 95, que em 2016 instituiu o teto dos gastos públicos. Um urbano fragmentado, segregado e desigual, consequência da dominância de um modo de produção que constrói ilhas de produtos imobiliários geradores de lucro e renda em meio a um mar de ocupações informais, movimentos que já estavam em curso nas relações de produção, de especulação, mas também na política institucional com a completa submissão do Estado aos interesses estrangeiros e financistas, sobretudo após o golpe jurídico-parlamentar de 2016. Oficialmente, a pandemia da covid-19 chegou ao

1 Ver por exemplo, as pesquisas desenvolvidas pelo projeto RECOVIDA, em São Paulo.

Brasil em 26 de fevereiro de 2020, quando se confirmou o primeiro caso, em São Paulo. Desde as primeiras notificações, a postura do governo federal sempre foi marcada pela negação da gravidade da doença e pela não implementação de políticas de saúde efetivas, como uma política nacional de isolamento social, de testagem em massa, de apoio aos governos locais, entre outros. Defende a manutenção do cotidiano em sua normalidade e a adoção de medidas não pautadas na ciência, como o uso de fármacos sem comprovação científica. Por mais de três meses sem Ministro, a política nacional de saúde ficou à deriva enquanto milhares de pessoas morriam diariamente no país.

Houve também manifestação de um discurso desumanizador da população no episódio onde o presidente declarou que o brasileiro precisa ser estudado, pois mergulha no esgoto e nada lhe acontece. É relevante destacar essa dimensão desumanizadora do discurso presidencial, a qual vemos como mais uma das formas contemporâneas de subjugação da vida ao poder da morte, ao que Achille Mbembe chama “necropolítica” (2016). Se, como nos ensina Mbembe, o discurso legitimador do genocídio colonial se construía no irreconhecimento do caráter humano presente nos corpos dos habitantes originários das terras invadidas, o presidente busca legitimar a inação governamental diante da pandemia ao satirizar o brasileiro, entregando-o à possibilidade da morte. A necropolítica também se evidencia na instrumentalização da morte e do caos para avançar contra a democracia, tentando criar uma instabilidade política que justifique um novo golpe (DOYLE, 2020).

Passados quase dois anos desde o início da pandemia, o Brasil acumula mais de 621 mil óbitos por covid-19, ocupando, em janeiro de 2022, a segunda posição mundial no número de vítimas fatais pela doença². As reflexões presentes neste texto foram redigidas sobretudo ao longo de 2020, sem o distanciamento necessário para afirmar uma tese. Optamos então pelo formato de ensaio, buscando responder à pergunta: quais possíveis cenários para o futuro do urbano e para a reprodução social da vida, no Brasil, são revelados pelo acirramento das contradições do capital em um contexto ultraneoliberal e pandêmico vigente? Por contradições, estamos nos referindo à relação dialética entre situações opostas presentes na organização do capital, mais especifica-

2 Recomendamos, para uma visão atualizada dos dados durante a leitura do artigo, a consulta do número de óbitos e casos confirmados de covid-19 no Brasil por meio do acesso da plataforma da Organização Mundial da Saúde. <https://covid19.who.int/table>

mente contradições na produção do espaço, em sua característica de desenvolvimento geográfico desigual, com reverberações em outras contradições, não apenas para o capital, mas para o sentido da reprodução social e para a natureza humana (HARVEY, 2016). Partimos da análise de um conjunto de evidências empíricas sobre os efeitos da pandemia nas cidades brasileiras, colhidas a partir de observações empíricas, de notícias de jornal, artigos científicos e blogs acadêmicos publicados no país durante o período para, combinando com elementos teóricos de base marxista, ensaiarmos algumas hipóteses.

Os cenários de prospecção de futuro que construímos em cima dessas hipóteses são referentes à reacomodação dos agentes capitalistas da produção do ambiente construído, a uma alteração nas dinâmicas demográficas regionais entre áreas urbanas e rurais, a uma intensificação de disparidades sociais e espaciais e a uma consolidação programática da casa como ambiente de trabalho, com acirramento das tensões entre capital e trabalho. Partem assim de observações empíricas do tempo presente, tecendo possíveis cenários para o futuro, como intensificação das contradições próprias da produção capitalista do espaço em um contexto da periferia do sistema. Por outro lado, abre brechas nas formas de apropriação social do espaço, que nos remete à utopia lefebvriana da sociedade urbana, como expressão da luta de classes e dos movimentos sociais, como resistência à distopia do futuro e também para o tempo presente.

Produção do espaço urbano: continuidades e tendências

Um marco teórico

Em “A Revolução Urbana”, Lefebvre já salientara que o avanço das forças produtivas que ganhava corpo nos anos 1970 impunha um modelo de produção do espaço pautado numa transformação tão significativa do espaço natural, que ameaçava a própria existência da natureza (2004 [1970]). Hoje, cientistas apontam o modo insustentável com que a humanidade vem se relacionando com a natureza como explicação para a origem da pandemia (BENSEÑOR, LOTUFO, 2020). Assim, o modelo de desenvol-

vimento econômico mundial que se pauta na destruição da natureza, para exploração econômica de recursos naturais e para expansão de fronteiras urbanas e agrícolas, estaria nas origens da migração do SARS-CoV-2 para humanos³, um alerta para o risco de emergência de novas doenças zoonóticas caso a forma dominante de produção do espaço e de reprodução do capital não sejam radicalmente alteradas.

Nessa perspectiva, o desenvolvimento de vacinas e as campanhas de vacinação, essenciais para lidar com a crise sanitária, somente controlaria temporariamente o problema. Enquanto mudanças radicais não ocorrem nos planos social, econômico e político, com desdobramentos para um novo modelo de produção do espaço e de reprodução do capital, o futuro deve ser marcado por acirramento das contradições do capital no urbano, com a emergência de novos conflitos. Repensar o modo de produção do espaço e interpretar possíveis cenários e reconfigurações do urbano e das lutas sociais à luz das contradições evidenciadas coloca-se como tarefa fundamental.

Nos anos 1970, Lefebvre apontou um horizonte utópico no urbano cuja potencialidade residiria na transformação social através da reapropriação do espaço, a emancipação da sociedade urbana da lógica do capital, que se coloca como possibilidade na relação contraditória no e do espaço entre as forças hegemônicas e os resíduos de resistência. A sociedade urbana desenvolvida a partir da industrialização capitalista se totalizou não apenas pela preponderância da população urbana, mas sobretudo pelas ramificações do urbano sobre o rural ao consolidar todo um modo de vida vinculado ao urbano. Isto se dá porque, a partir do final da década de 1970, a reestruturação produtiva do capital conduziu mudanças nas relações de produção. A ascensão do neoliberalismo no plano político e econômico internacional e o fim do Estado de Bem-estar Social nos países centrais, marcaram uma nova fase de hegemonia financeira da reprodução do capital, gerando uma intensificação da concentração de rendas (do dinheiro, do capital, das propriedades, do conhecimento). Nesse contexto, as cidades deixaram de ser predominantemente o local da reprodução do capital na produção de mercadorias (traço do estágio de acumulação industrial) para serem tomadas como o meio de reprodução do capital na produção do espaço. Simultaneamente, no campo

3 <https://www.cirad.fr/en/news/all-news-items/press-releases/2020/origins-epidemic-coronavirus>, consultado em 16 de agosto de 2020, <https://www.bbc.com/portuguese/geral-52389645>, consultado em 16 de agosto de 2020, entre outros.

das forças sociais, somam-se novas mobilizações (culturais periféricos, anti-racistas, anti-sexistas e pró-direitos para a população LGBTQIA+) junto à remodelação de antigas expressões de lutas urbanas (sindicatos, movimentos de moradia, de saúde, ecológicos, entre outros).

No contexto brasileiro, onde a acumulação é historicamente pautada pela propriedade privada da terra e seu decorrente rentismo, que se reflete na constituição de um sistema capitalista baseado em um regime de acumulação patrimonial e financeira (LENCIONI, 2015), a chegada da onda neoliberal acirra essa lógica. A partir dos anos 1990, o papel da produção do espaço urbano na acumulação capitalista foi intensamente percebida no Brasil por instrumentos urbanísticos regulatórios capitaneadas pelo poder público em parceria com os agentes vinculados à promoção imobiliária e à construção civil (CARLOS, 2001), lógica reforçada pela vinculação desses agentes privados ao capital financeiro e à radicalização da mercantilização da terra e do espaço construído, resultando na intensificação da fragmentação do espaço urbano e aumento da segregação espacial (PEREIRA, 2016).

O espraio do vírus atualiza o debate sobre a segregação do modelo de produção do urbano: nos bairros onde reside a classe trabalhadora dos serviços essenciais ou atividades informais, que não pode optar pelo isolamento social ou pelo home office sob o risco de perder sua remuneração advinda do trabalho, a luta de classes fica explícita. Mas é também a partir das bases populares que surgem manifestações de resistência a esse modelo de necropolítica que decide quem vive e quem morre.

O Brasil urbano no capitalismo patrimonial e financeiro, e os efeitos sociais da pandemia no espaço urbano fragmentado

A pandemia chega ao mundo pouco mais de uma década após a crise econômica financeira de 2008. Assim como em 1929, tal crise é consequência de uma nova fase de hegemonia do capital financeiro (DUMÉNIL, LÉVY, 2005), com intensificação das medidas de austeridade, de privatização e de redução de investimentos em políticas sociais. Harvey (2005) já havia pontuado que a ascensão do neoliberalismo se deve ao projeto de retomada do poder de uma elite econômica mundial que teria se enfraquecido durante o Estado de Bem-estar Social nos países centrais e que, após décadas, estaria retomando com força o domínio sobre a esfera político-econômica.

Se é certo que tal Estado de Bem-Estar Social não houve no Brasil, a agenda neoliberal dos anos 1990, intensificada em 2016 com o golpe institucional contra a democracia, acelerou ainda mais as medidas de desregulamentação. Agendas como o cancelamento de demarcação de terras indígenas, desmonte da legislação trabalhista, reforma previdenciária, a privatização do saneamento e da água, o desinvestimento na educação e na pesquisa são exemplos do desmonte. Um de seus objetivos é tornar a circulação do capital financeiro mais dinâmica, com acomodação em setores com reprodução e rentabilidade acentuadas, beneficiando também os capitais associados.

Neste contexto, a produção do espaço permite a remuneração de frações diversas do capital, sobretudo frações não produtivas, pautadas na renda. A cidade e o urbano no século XXI deixam de ser mera base ou local para a reprodução de um capital industrial e da classe trabalhadora para se tornar objeto e meio da reprodução capitalista, associando rendas (financeiras e imobiliárias), construindo e reconstruindo o espaço. No Brasil dos anos 1990, ajustes legais, como a lei de patrimônio de afetação, a alienação fiduciária, a regulamentação do mercado financeiro, permitiram a aproximação dos setores financeiros ao imobiliário (MIELE, 2008; ROYER, 2009; TONE, 2010; FIX, 2011; RUFINO, 2011; PEREIRA, 2011; CARVALHO, 2016; ROLNIK, 2019). Para além da facção bancária do financeiro, agora também se apresenta o bursátil e especulativo, que já foi chamado “capital golondrina” (FRENCH-DAVIS, 1996), em referência à volatilidade desses capitais diante de distintas possibilidades de rentabilidade. A associação direta entre interesses imobiliários e financeiros, agentes distintos que se associam na possibilidade de extrair rendas, resulta em consequências devastadoras, pois, nela “se combinam distintos processos espoliativos: urbano, imobiliário e financeiro” (PEREIRA, 2011)

A fragmentação e a segregação socioespacial são consequências visíveis e sensíveis no urbano. Ocorre que, no Brasil, as formas de produção informais do espaço seguem sendo saída para parcela significativa da população. A crise pandêmica escancarou evidências que marcam o cotidiano dos moradores nesses trechos das cidades: o não-abastecimento de água potável canalizada impede a higienização adequada; o adensamento excessivo no interior das moradias dificulta o isolamento social de pessoas infectadas; a inexistência de uma política nacional e local de isolamento social, com proteção social aos trabalhadores, força estes a enfrentarem transportes superlotados e

com alto potencial de contaminação. A negação da gravidade da crise sanitária associada à inexistência de políticas efetivas para contenção da pandemia tem custado a vida de centenas de milhares de brasileiros.

Qual a probabilidade de mudança estrutural deste cenário num momento histórico como este vivido no Brasil, não apenas marcado pela dominância de um modelo de produção do espaço e reprodução capitalista marcado pelo viés financeiro, como também por uma estrutura política institucional comprometida com o neoliberalismo às últimas consequências? A aposta estaria na intensificação das lutas sociais, na resistência do trabalhador, do cidadão, do humano que, por consciência política coletivamente formulada ou por necessidade individual de sobrevivência, se colocaria como barreira à reprodução dessas relações sociais capitalistas.

Apontamos, porém, para a intensificação das contradições relativas à produção do espaço que a particularidade da crise sanitária pode engendrar. A seguir, baseados em indícios empíricos, traçamos alguns cenários hipotéticos das consequências da pandemia na produção do espaço urbano no Brasil, como convite à reflexão.

Capitalismo e a produção do espaço urbano pós-pandêmico: hipóteses de intensificação de contradições

As hipóteses tecidas neste ensaio apresentam-se como uma prospecção do que, a partir das contradições visíveis no urbano hoje, vislumbra-se, criticamente, como tendências ou cenários de futuro da produção capitalista do espaço, expressos no urbano, na casa, na relação entre campo e cidade, entre capital e trabalho na era do digital e do home office. Após a contextualização acima, quanto ao marco teórico da produção do espaço e a especificidade brasileira, encontramos no argumento de Harvey, quanto aos desenvolvimentos geográficos desiguais produzidos pelo capital, a relação espacial contraditória do capital de continuamente ter que se fixar fisicamente em um determinado lugar e tempo, mas necessariamente com caráter dinamicamente provisório, como movimento contínuo da acumulação do capital, no que Harvey denomina “ajustes espaço-temporais” (2014). A pandemia assim tem manifestado tal contradição, exacerbando alguns ou renovando processos anteriores, constituindo possíveis novas frentes de acumulação do capital pela produção do espaço.

Higienismo revisitado, oportunismo imobiliário e novas configurações da casa como expressão de novos arranjos da relação capital-trabalho

A pandemia do covid-19 fez lembrar aos estudiosos do urbano outras crises sanitárias que tiveram como resposta oficial de governantes propostas higienistas de intervenção urbana do início do século XX, sobretudo nas cidades em crescente industrialização no Brasil. Com base no debate da Medicina Social no início do século passado (ALMEIDA MACHADO, 2011), interesses econômicos souberam direcionar estas intervenções para seus ganhos imobiliários nas cidades, então em rápida expansão. Abertura de novas avenidas sobre bairros populares e demolição de cortiços — como o Navio Parado em São Paulo (BONDUKI, 1998) e o cortiço Cabeça de Porco, no Rio de Janeiro (VAZ, 1986) — eram “justificadas” como necessárias para garantir a saúde da cidade, como os casos das reformas sanitaristas do governo Pereira Passos, no Rio de Janeiro, e de Prestes Maia, em São Paulo. Nesta cidade, Rolnik (1997) nos lembra como os primeiros movimentos de expansão urbana do centro antigo, na virada para o século XX, articularam-se à implantação de regras urbanísticas antes inexistentes, as quais tinham aplicação seletiva para limpeza social dos pobres ali residentes, bem como à criação de novos loteamentos para moradia da elite paulistana, localizados a uma “distância segura” das áreas populares. Traço histórico da produção do espaço no Brasil, a segregação é intrínseca ao processo de urbanização, associada à alta exploração do trabalho com patente espoliação urbana.

Ao longo do século XX, esse processo excludente foi perpetuado e reproduzido, aprofundando ainda mais a desigualdade socioespacial. As cidades brasileiras do século XXI derivam da intensificação desse processo histórico e dialético. Dentre as contradições possíveis de serem identificadas neste movimento, encontramos a contradição entre o valor de uso e o valor de troca do destino a ser dado à terra urbana, manifestado no conflito entre garantir a permanência ou desalojar os usos populares da terra para abrir espaço a atividades mais rentáveis. Com a chegada do novo coronavírus esse quadro foi mantido, haja vista a continuidade dos despejos de favelas e ocupações urbanas irregulares (LACERDA, 2020), o que levou movimentos sociais a assinarem um manifesto contra os despejos. Diante disto, é de se esperar que a justificativa da salubridade possa, mais uma vez, ser utilizada nesta ou nas próximas pandemias para

remoção de pessoas e usos que estejam no trajeto dos interesses imobiliários, como ocorreu em 1904 no Rio de Janeiro, com a demolição em massa de cortiços e habitações insalubres no contexto da epidemia de varíola, com desdobramentos na Revolta da Vacina. Pode-se assim dizer que o higienismo como expressão desta contradição, de substituição de formas populares de morar e trabalhar por outros usos mais rentáveis, seria um primeiro movimento de “destruição criativa”, conforme Harvey traduz em termos espaciais o que foi colocado por Schumpeter, em que é preciso modificar significativamente os modos de vida e seus sentidos para que o capital siga se reproduzindo na substituição do velho pelo novo (HARVEY, 2016)⁴.

Da mesma forma, vemos a possibilidade de uma nova regulação das normas edículas e de desenvolvimento urbano. Evidências empíricas observadas apontam para possíveis movimentações dos agentes capitalistas e do poder público ao menos duas formas, cada uma com consequências distintas: a) por ações oportunistas do mercado imobiliário, que se aproveita da crise para justificar novos parâmetros urbanísticos que lhes sejam economicamente mais interessantes, sem necessariamente configurar uma contribuição efetiva para o controle desta ou de futuras pandemias; b) pela consolidação do modelo domiciliar de trabalho e as adaptações do produto residencial para essas novas exigências sociais e sanitárias.

Ação oportunista na flexibilização da legislação urbanística

A produção imobiliária, como base de acumulação capitalista levou a uma reestruturação urbana desde os anos 1990, gerando processos de “revitalização” de todo o urbano industrial, com a generalização no território brasileiro da forma condominial rentista (TONE, 2010). Uma das expressões deste processo foi a constante alteração das normas construtivas e urbanísticas ao longo dos anos, nas leis de uso e ocupação do solo e nos planos diretores, para permitir maiores índices construtivos e maiores rentabilidades da atividade imobiliária.

Historicamente, o setor imobiliário pressiona o poder público neste sentido visando garantir maior extração de renda. O mesmo ocorre sob a pandemia. Em São Paulo, onde o imobiliário é o mais dinâmico no país, vereadores apresentaram dois projetos

4 Joseph Schumpeter, *Capitalism, Socialism and Democracy*, Londres, Routledge, 1942, pp. 82-83[ed. cast.: *Capitalismo, socialismo y democracia*, Barcelona, Folio, 1984].

de lei que alteram o Plano Diretor e a lei de zoneamento da cidade. As justificativas pautavam-se no recorrente argumento de que, para evitar a retração econômica, seria preciso incentivar novos lançamentos. Ambas propostas alteram índices construtivos de regiões valorizadas, onde a concentração de investimentos sociais em infraestrutura é mais intensa, liberando regras que visam desestimular o uso do automóvel (restrição ao número de vagas de garagens) e colocam controles de densidade demográfica (quota mínima de unidades habitacionais por empreendimento). Na prática, visava à liberação da norma para incorporação de unidades passíveis de serem vendidas a preços mais altos. Também visam descontos em impostos e em contrapartidas financeiras pelo direito de construir, em uma verdadeira barganha da produção do espaço aproveitando o contexto de pandemia (MENDONÇA, SANTORO, ROLNIK, 2020). A contradição do capital imobiliário, neste caso, assume seu sentido mais aristotélico do termo, ou seja, se nada pode ser e não ser simultaneamente, a coexistência do discurso e da real intenção dos agentes imobiliários é contraditória (HARVEY, 2014). Neste cenário, vislumbra-se nada novo neste quesito, mas a permanência da prática de associação de interesses imobiliários, financeiros e políticos na regulamentação das regras de produção do espaço redigidas pelo Estado.

Consolidação do home office e as adaptações do produto imobiliário residencial para as novas exigências sociais e sanitárias.

Com a pandemia e a necessidade de minimizar os contatos sociais, ajustes no ambiente do vêm sendo adotados nas relações de trabalho. Enquanto o setor dos capitalistas industriais fez campanhas publicitárias pelo uso de máscaras para ganhar a força de trabalho desejosa de isolamento, o setor terciário da economia respondeu principalmente com a implantação do trabalho remoto. Para a parcela da classe trabalhadora que seguiu para o teletrabalho, a casa tornou-se não apenas ambiente de sua reprodução, como também local de trabalho e, por sua vez, de reprodução do capital. Implicações teóricas e práticas decorrem disso.

Antes da pandemia o setor imobiliário já vinha se adaptando para lançar produtos imobiliários residenciais com previsão de ambientes exclusivos para o trabalho. Paralelamente, no imobiliário comercial, intensificava-se a disputa pelo monopólio da terra dotada de mais infraestrutura e maior proximidade das empresas do terciário, associa-

da ao preço elevado da terra nessas áreas, levando incorporadoras a planejar espaços de trabalho de 6m² por funcionário, enquanto em outros países as médias são superiores — cerca de 10m² em Nova York e 13m² na Alemanha (ESTADÃO, 2020). Agora, muitas empresas, bancos e instituições estão devolvendo imóveis alugados e delegando a seus funcionários o home office exigido pelo isolamento social, já indicando tendência a ser mantida parcialmente por parcela considerável de empresas, como oportunidade de redução dos custos fixos. As incorporadoras brasileiras dos principais centros urbanos já anunciaram adaptações em seus projetos residenciais para se adequarem a tais novos arranjos da relação capital-trabalho.

Do ponto de vista teórico, as transformações da função do espaço residencial e da relação capital-trabalho tem implicações importantes sobre o ambiente construído. Em 1978, Harvey analisava que o ambiente construído para a produção faz parte dos investimentos do capitalista em capital fixo, como parte dos gastos necessários da produção, como as fábricas, escritórios, espaços de serviços, produção de conhecimento e tecnologia. Ocorre que o trabalho transferido para o ambiente doméstico, que vem sendo intensificado num mundo em pandemia, traz um maior controle da classe trabalhadora também no espaço doméstico, que se torna também espaço de trabalho. Torna-se assim interessante para o capitalista, pois o libera da necessidade de investir parte da mais-valia em capital fixo, incorporando para si tal excedente.

O redesenho imobiliário da casa, nesse caso, alerta para transformações maiores na contradição entre capital e trabalho. Nos anos 1970, diversos autores alertaram para a questão habitacional como um falso problema (BOLAFFI, 1982) e sobre como as soluções oferecidas não se propunham a resolver estruturalmente a necessidade de abrigar a classe trabalhadora, mas apenas ampliar, pela produção habitacional, frentes de acumulação para o capital no ambiente construído. Tal medida serviria, ainda, para viabilizar a cooptação da classe trabalhadora, que passaria a se tornar defensora da propriedade privada dos meios de produção quando ela se torna proprietária de sua casa própria (HARVEY, 1978, 1982). Agora, no mundo do home office, a propriedade da casa ganha ainda maior importância já que, para além de cumprir a função de abrigo, ter onde morar se configura em condição para ter acesso ao mercado de trabalho, agora remoto. No Brasil, 70% dos trabalhadores que passaram para o trabalho remoto durante a pandemia são proprietários de suas casas, enquanto 30% residem em imó-

veis alugados (IBGE, 2020). O dado representa mais uma face da desigualdade social brasileira, mas também indica a centralidade que a segurança na posse do imóvel residencial pode exercer nos contratos de trabalho daqui para frente. A reprodução social é tocada, neste cenário, por uma relação contraditória entre o “sonho da casa própria” (propriedade privada), vista como refúgio em tempos de desemprego, e a casa como condição para ter o trabalho que traria a remuneração necessária para a obtenção da própria casa, aprofundando a vulnerabilidade social e abrindo oportunidades de novas formas de precariedade.

Quanto aos edifícios que permanecerão como ambientes de trabalho, estes terão que rever sua organização espacial segundo as condições sanitárias. Ou seja, o argumento sanitário pode interferir mais uma vez na normativa de construção e funcionamento de seus usos, sendo que o mesmo pode ocorrer com o espaço doméstico, com a possível reformulação dos códigos de obras. Em consonância a esta reestruturação interna está o aumento do custo do pagamento da renda fundiária, caso não haja diminuição do preço imobiliário para locação ou compra. A requalificação dos espaços poderá resultar na reconfiguração dos locais de valorização do espaço, subjetiva e financeiramente, o que no Brasil significa mais uma injeção para a desigualdade socioespacial, principalmente pela forma seletiva de fiscalização das normas, tal como ocorreu no início do século XX.

Infraestruturas, novos arranjos capitalistas e intensificação de desigualdades

Na história das cidades brasileiras, investimentos em infraestrutura sempre foram associados a interesses rentistas (VILLAÇA, 2001). Contudo, nos últimos anos, ela vem despontando como nova frente de investimentos financeiros e de redesenho espacial, visando, por um lado, expandir a oferta de serviços e, por outro, ampliar e criar formas de rentismo sobre a terra e sobre as infraestruturas. Por fazer parte das condições gerais de produção e reprodução do capital, a infraestrutura tem grande margem de ganhos financeiros, sendo potencializada quando articulada com a produção imobiliária. Diversos são os setores em que essas ocorrências são observadas — energia, iluminação, transportes de carga, telecomunicações, saneamento — e tratar de todas elas excederia o escopo deste ensaio. Trataremos aqui, portanto, dos casos da

telecomunicação e do saneamento, entendendo estes como aspectos centrais na atual conjuntura pandêmica.

A infraestrutura de telecomunicações opera como uma frente de acumulação relevante no atual contexto, mobilizada pela atualização das forças produtivas através do desenvolvimento das redes digitais de informação e comunicação. Esta é uma tendência de investimento do capital que vem sendo percebida com as disputas entre empresas detentoras de tecnologia (além de conflitos geopolíticos entre China e Estados Unidos) e a criação de novos modelos de comércio, os quais prescindem de espaços de encontro para a comercialização e troca de mercadorias e se valem de plataformas virtuais para a realização das operações. O transporte de mercadorias no espaço intraurbano tem sido cada vez mais associado a plataformas digitais de tecnologia, que representam novas formas de extração de mais-valia, como se observa pela proliferação de aplicativos que se valem da superexploração do trabalho de entregadores. No entanto, estas mudanças também geram impacto no cotidiano dos usuários da cidade. O trabalho remoto e os serviços prestados por aplicativos de intermediação de comercialização e serviços só se concretizaram nos últimos anos devido à expansão de infraestrutura no território e ao desenvolvimento da tecnologia da informação.

Durante a pandemia, tal setor de telecomunicações, que já era central para reprodução capitalista neste estágio de acumulação com dominância financeira, é reforçado. As pessoas que puderam praticar o isolamento social e trabalhar em home office passaram a recorrer ao delivery de refeições e alimentos. Em São Paulo, as vendas por aplicativos cresceram 250% durante a pandemia (TOLEDO, 2020). Além disso, a parcela da população que dispõe de recursos financeiros e habita áreas centrais providas de infraestrutura, pode optar pelo transporte por aplicativo ou aderir ao uso de bicicletas para trajetos não tão longos. É assim previsível a reestruturação do espaço para a adequação às novas tecnologias, principalmente sob a premência da rede de telefonia 5G, que exigirá reformulação da rede atual de fibra óptica, principalmente em espaços urbanizados com alta densidade.

No meio desta crise sanitária, vale tratar da importância das redes de saneamento que, se por um lado são essenciais para a proteção individual contra o novo coronavírus, por outro têm sido, oportunamente, reconfigurados como nova frente de acumulação rentista. Se a água e o saneamento estão cada vez mais regidos pela lógica merca-

dológica — e não do direito humano — como garantir que ambos, essenciais para os cuidados pessoais de higiene contra a propagação deste e de novos vírus, seja acessível a todos? O avanço distópico se coloca também nesse campo: em meio à pandemia, o Senado brasileiro aprovou o novo marco do saneamento básico (Lei 14.026/2020), por meio do qual fica concedida à iniciativa privada não apenas a implantação e gestão de sistemas de saneamento básico por todo o território brasileiro, mas a cessão do recurso natural da água para domínio de corporações e empresas. Trata-se de uma medida que visa generalizar e intensificar algumas tendências já existentes, como a abertura de capital de empresas de saneamento, ampliando na escala nacional tendências regionais com aprofundamento da privatização de recursos naturais.

Esta medida, além de prometer intensificar a desigualdade do acesso à água e à coleta de esgoto devido ao arbítrio das cobranças determinadas pelos interesses estritamente econômicos das concessionárias responsáveis, sugere a possibilidade do incremento das possibilidades de renda fundiária — seja pela existência de minas produtoras de água mineral em terras específicas, seja pelo aumento do preço da terra dotada de infraestrutura. Em relação à primeira possibilidade, a associação de interesses rentistas entre proprietários de terra produtores de água, empresas extratoras e o capital financeiro que integram a composição acionária das empresas tende a reforçar a lógica da utilização do recurso natural numa perspectiva meramente mercadológica, dificultando a garantia do acesso à água como direito humano e comprometendo as reservas naturais. A contradição entre a continuidade da vida humana (garantindo o acesso básico à água para beber e para lavar as mãos) e garantir a continuidade da produção da água-mercadoria se impõe. Isto remete ao ocorrido em 2015, em São Paulo, quando a maior seca e crise hídrica do século foi registrada e, mesmo assim, os reservatórios de abastecimento de água da região foram esvaziados continuamente pela SABESP, empresa de capital aberto, para não comprometer os preços das ações da empresa negociados nas bolsas de valores de São Paulo e Nova York.

Pode-se prever, portanto, que a autorização em nível nacional da privatização dos sistemas de abastecimento de água e saneamento deve reforçar a lógica da água como uma mercadoria passível de gerar não apenas lucro, mas dividendos financeiros, colocando em risco a segurança hídrica e comprometendo ainda mais as possibilidades de famílias de baixa renda de terem água para beber e para higienização. Portanto,

chamamos atenção para os riscos decorrentes da continuidade desse movimento privatista e rentista sobre a infraestrutura, levando ao aumento do preço não apenas dos serviços, mas também da terra, gerando ainda maior restrição ao seu acesso. Aquilo que seria básico para a reprodução social, o acesso ao espaço de moradia com acesso à água para superação da crise sanitária, tem reforçada seu viés mercadológico, aprofundando a condição de desigualdade socioespacial e, portanto, restando o aprofundamento da contradição para a reprodução social.

Retorno ao campo e gentrificação rural?

Contrariando movimento que vem sendo registrado na literatura internacional de um retorno aos núcleos históricos das cidades, designado como “volta à cidade” (BIDOU-ZACHARIASEN, 2006), e que tem sido registrado nos últimos Censos produzidos pelo IBGE para algumas cidades brasileiras, como São Paulo, a pandemia tem levado parte da população urbana, aquela com condições financeiras, a optar por residir em áreas rurais, onde poderiam estar mais próximas da natureza e protegida dos riscos de contaminação nas cidades. Vislumbra-se um movimento de ruralização de parte das camadas mais abastadas e setores da classe média, que buscariam no morar no campo, em municípios justapostos aos limites da mancha urbana das metrópoles, possibilidades de exercer o isolamento social com qualidade de vida e proximidade com a natureza, ao invés de permanecerem confinadas nos apartamentos das grandes cidades.

Diversas notícias relatam também o impacto de migrações, agora das áreas metropolitanas para cidades menores e áreas rurais do Sudeste brasileiro (SANTANA, 2020), por pessoas com parentes em cidades interioranas ou que tinham uma segunda residência de veraneio. Em relatos de moradores de distritos rurais de pequenas cidades de Minas Gerais, há grande incômodo com as mudanças no cotidiano, diante da presença mais prolongada dos proprietários ou locatários urbanos das chácaras vizinhas. Isto ocorre principalmente nos finais de semana, pela ausência de lazer e cultura nas cidades, com o fechamento de bares, cinemas, entre outros. A preocupação assim se dá com a interiorização da disseminação do vírus. São situações temporárias, mas observa-se também uma tendência a estadias mais prolongadas. Sob o viés espacial, estariam ameaçados os enormes ganhos imobiliários dos últimos anos? A

proximidade com o ambiente natural poderia gerar maior sensibilidade aos impactos ambientais?

Para os ganhos imobiliários, pelo contrário, parece ter surgido mais uma área para seu avanço. O aumento do preço do imóvel nessas áreas vem sendo expressivo, como veiculado na imprensa (ALMEIDA, BATISTA, 2020). A busca por imóveis à venda em áreas rurais próximas a centros urbanos teve um aumento de 124% entre 2019 e 2020 (O GLOBO, 2020). As transações se diversificam entre locações temporárias e compras de imóveis - pagos à vista -, em sua maioria, de acordo com o relatado por empresas imobiliárias, por uma camada social com rendimento mensal acima de 11 salários mínimos e que conta com a estabilidade do trabalho em sua forma remota, que assim decide retirar seus recursos de fundos e do mercado de ações para adquirir um segundo ou terceiro imóvel. Agentes representantes do mercado imobiliário apontam fatores relevantes que parecem nortear a escolha pelos lugares, como ampla infraestrutura de internet, a possibilidade de expansão urbana através da implantação de aeroportos e a proximidade dos grandes centros urbanos existentes.

No entanto, um período mais prolongado de risco infeccioso, seja pelo SARS-CoV-2 ou possíveis vírus futuros, pode levar uma parcela mais abastada da população urbana a buscar um retorno mais perene ao campo, consolidando a situação apresentada por tais relatos. Neste cenário, deve haver maior ocupação nas franjas das cidades, no periurbano ou nos primeiros municípios rurais que cercam os grandes centros urbanos ou naqueles com maior acesso viário. Essa dinâmica levaria a um aumento do preço da terra nestas áreas, levando a uma onda de expulsão, não mais de centralidades urbanas para periferias, mas agora de camponeses e moradores do meio rural e periurbano, que devem buscar localidades com ainda menor infraestrutura. Isto apontaria uma significativa reconfiguração da dinâmica territorial regional com graves impactos sociais, econômicos e ambientais, de diversas ordens. De imediato, é preciso atentar aos riscos das contradições entre valor de uso e valor de troca da terra rural, entre segurança alimentar e as novas frentes de ocupação de usos urbanos, que já se fazem presentes.

Novos patamares para a desigualdade socioespacial

Uma consideração fundamental sobre o impacto social da pandemia no Brasil é a desigualdade de seus efeitos numa condição de expressiva desigualdade social. A clas-

se trabalhadora de setores considerados essenciais, assim como os do setor informal, encontra-se diariamente no dilema entre ir trabalhar para garantir sua alimentação e o risco de contaminação nos transportes públicos ou no trabalho. Retornam para casa carregando o vírus para suas casas que, muitas vezes, não possuem condições adequadas para garantir o isolamento social no espaço domiciliar. Em 2015, 1,02 milhões de famílias viviam em mais de três pessoas por dormitório; há 6,859 milhões de domicílios com alguma carência de infraestrutura de esgoto, além da baixa renda média familiar de até três salários mínimos (FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO, 2018).

Desde o início da pandemia, casos icônicos passam a materializar o que era apenas um cenário, como o primeiro caso registrado de óbito por covid-19 no Rio de Janeiro: uma senhora moradora da periferia que trabalhava como doméstica na casa de um casal de um bairro nobre da cidade, o qual trouxe o vírus das férias na Itália. Nos bairros periféricos, o abastecimento de água nem sempre é constante, condição básica de prevenção ao covid -19, que é lavar sempre as mãos; o uso de álcool gel a 70% também não cabe na pouca renda das famílias, ainda mais que 70% das famílias moradoras de favelas tiveram impacto em suas rendas logo no primeiro mês de isolamento social (DATAFAVELA, 2020). Como era de se esperar, o racismo estrutural brasileiro (JURADO, 2019) também transparece nos números. Se em maio de 2020, 60% dos casos de síndrome respiratória aguda no país foram de pessoas brancas, enquanto pardos e negros registraram 37%, os casos de óbito confirmados por covid -19 foram, para o mesmo período, de 45% contra 52%, respectivamente - ou seja, a probabilidade de recuperação de pardos e negros após adoecerem pelo covid -19 era menor que a de brancos (UFMG, 2020). A maior letalidade em negros não estaria vinculada a aspectos congênitos, como querem eugenistas, mas às piores condições de saúde ao longo de toda a vida dessa população. Com o desemprego, que piora com a crise econômica, junto à privatização do saneamento, prevê-se um aumento ainda maior na vulnerabilidade social nos bairros pobres.

A continuidade dos despejos e das ações de reintegração de posse mesmo durante a pandemia evidenciam que o centro da preocupação de parte das autoridades públicas não tem sido a proteção da vida das pessoas mais vulneráveis, mas a garantia de continuidade dos interesses de proprietários privados e da classe capitalista. Apenas no município de São Paulo, existem relatos que apontam para mais de 2 mil famílias de-

salojadas no primeiro semestre de 2020, em plena pandemia (MADEIRA, 2021), além de outras ações a ameaçar outras centenas de famílias de despejos por ações judiciais. Munidos desses fatos, movimentos de moradia do Estado de São Paulo fizeram uma denúncia à Relatoria Especial do Direito à Moradia Adequada da ONU em junho de 2020 (MELLO, 2020). Diante da impossibilidade de contar com o amparo do Estado, as comunidades que foram menos prejudicadas durante a pandemia são aquelas que já apresentavam algum nível de autogestão e organização, como ocupações de movimentos de moradia e grandes favelas urbanizadas, que receberam investimentos públicos, ao longo das últimas décadas, na instalação de infraestruturas, equipamentos públicos como Unidades Básicas de Saúde, escolas e outros equipamentos, e que possuem uma população organizada em associações locais. Caso notável foi o da favela de Paraisópolis, em São Paulo, onde residem mais de 100 mil pessoas, onde a comunidade local, articulada com os serviços prestados nos equipamentos públicos, conseguiu criar formas de prover maiores condições de isolamento social e de acompanhamento de casos suspeitos (GORTÁZAR, 2020).

Estas formas de resistência significativas da mobilização social, surgidas pela emergência da pandemia, apontam para uma contradição não para o capital, mas para a reprodução social, quanto à superação da alienação da sociedade. Harvey (2016) nos trouxe vários momentos em que o capital soube superar sua contradição quanto às possíveis brechas de produção autônoma da vida humana, como na mercantilização dos lazeres do tempo livre, seja nas férias do trabalhador, seja no tempo dedicado às redes sociais. Em meio à pandemia, no Brasil não seria diferente, a desigualdade se aprofunda, mas trata-se de um novo momento que permite explorar as contradições, repetimos, não do capital, mas da reprodução social da vida, que tem assim a potência de transformar aquilo que seria mera sobrevivência em um fazer político coletivo.

Lutas e resistências nas e pelas cidades: por novas formas de organização social

Apresentamos até aqui alguns apontamentos sobre as contradições da reprodução do capital na produção do espaço urbano sob a pandemia e entendemos que os processos de resistência no campo social apontam para a contradição existente entre o valor de uso e o valor de troca no espaço urbano, a qual envolve as forças que operam para

seu aprofundamento e as forças que resistem à segregação produzida pela mesma. Em um país capitalista periférico, como é o caso do Brasil, as marcantes desigualdades sociais são ressaltadas diante da condição crítica da vida da população mais vulnerável. Os avanços nos direitos sociais, alcançados através da luta dos movimentos sociais nos anos 1980 no Brasil, foram seguidos por um “processo de descidadanização” com o desenvolvimento do neoliberalismo a partir dos anos 1990, levando a uma condição de vulnerabilidade da vida cotidiana, que Kowarick chamou de “viver em risco” (2002). Aos avanços conquistados nos primeiros quinze anos deste século, seguiu-se nova onda de retirada de direitos, agora numa feição ultraneoliberal. Assim, as condições concretas para a reprodução dos trabalhadores surgem como ponto nevrálgico para a manutenção das orientações defendidas pelos organismos de saúde pública, uma vez que, na maior parte das vezes, não há o mínimo necessário para o asseio pessoal e para o distanciamento social salutar.

Apesar do auxílio emergencial disponibilizado por alguns meses pelo governo federal, ele não foi suficiente para garantir aos trabalhadores, de modo mais amplo e efetivo, as condições financeiras para realizarem a quarentena; despejos e ações de reintegração de posse continuaram, assim como operações policiais em favelas; não se efetivou uma política específica para as pessoas em situação de rua; e, por fim, não foi capitaneada qualquer política efetiva de proteção dos postos de trabalho para evitar o crescimento da informalidade e do desemprego.

As condições de vida da classe trabalhadora, precarizadas por conta de vínculos intermitentes de trabalho e baixos salários, cujos rendimentos já eram insuficientes para arcar com as necessidades básicas de sua reprodução, sob a pandemia se aproximaram do limite da fome. Diante da baixa efetividade das ações governamentais, houve grande mobilização para organizar doações de cestas básicas de alimento e de higiene, formou-se mutirões de preparação de alimentos, de atendimento psicológico, entre muitas outras ações. No entanto, é possível notarmos que muitas delas foram conduzidas por grupos sociais que já contavam com organização política, tais como os movimentos sociais surgidos nos anos 1970/1980, agora convocados a intensificar a atuação em seus territórios. Tratam-se de organizações e movimentos que lutam pela democratização do acesso à terra cultivável, pela universalização da soberania alimentar e do acesso a condições dignas de moradia, de modo articulado com as comunidades periféricas.

Foi também neste contexto de desigualdade de possibilidades para a realização do isolamento social em condições de dignidade e salubridade, que um levante por parte de camadas populares tomou as ruas em repúdio ao tratamento que a gestão estatal promove desde o início da crise. Os trabalhadores, que se localizaram politicamente como antifascistas, sob a forma das torcidas organizadas de times de futebol, ocuparam as ruas por todo o país como protesto às declarações negacionistas, principalmente às do presidente. O que se evidenciou por meio deste movimento é que a negação da gravidade da crise faz parte de um projeto discursivo de minimização dos efeitos da contaminação. Os manifestantes que saíram às ruas, em um primeiro momento, foram as mesmas pessoas que já haviam sido privadas da possibilidade de se resguardar, que não deixaram de trabalhar sob a ameaça da fome e da privação ainda mais intensificada.

Esta relação entre as camadas sociais, entre as que têm possibilidade de arcar com o isolamento e com uma quarentena longa e as que não podem fazê-lo por ausência de condições, além de escancarar a desigualdade social, nos remete ao espaço urbano como o lugar da mediação onde tais desigualdades se desenvolvem. Enquanto os trabalhadores assalariados e as frações mais abastadas da sociedade podem se isolar em suas moradias ou evadirem da cidade em direção a algum refúgio suburbano ou rural, há uma parcela enorme de trabalhadores que se vê obrigada a enfrentar transportes públicos lotados ou a fazer serviços de entrega por aplicativos com baixíssima remuneração. Neste contexto, o espaço urbano é ocupado por corpos cujas vidas não são tidas como mais importantes do que a sua possibilidade de servir de motor para o aprofundamento cada vez mais intenso da desigualdade que os forjou. Através de jornadas de mais de 12 exaustivas horas de trabalho, em motos ou bicicletas, sem qualquer vínculo trabalhista ou reconhecimento por parte das empresas de aplicativos, muitos recebem menos de um salário mínimo por mês. “Muitas vezes pedalo com fome carregando comida nas costas” (CARVALHO, 2020) é a expressão do grau de exploração que vemos se desenvolver no espaço urbano e que certamente se revelou mais intensificado agora. Foi esta situação crítica que nos permitiu testemunhar a mobilização que surgiu por parte destes trabalhadores, o chamado breque dos entregadores, amparada por uma mobilização internacional da categoria, como forma de protesto à precarização extrema desta força de trabalho.

Tais experiências de resistência criadas e intensificadas, por meio de coletivos, grupos autogestionados, associações de moradores, apoiadas por organizações políticas, sindicatos e partidos de esquerda, revelam-nos a dimensão da contradição do espaço produzido em termos de reprodução social. Ao reproduzir segregação e coerção através da privatização do solo urbano e da mercantilização de todos os espaços da vida, produz também a contestação em sua oposição. Estas ações revelam o enfrentamento às necessidades urgentes e imediatas geradas pela privação promovida pela espacialidade capitalista, o qual pode ser percebido através da articulação e presença dos corpos no espaço, como expressão do imediato do corpo na constituição de um sentido de um outro vivido que não do trabalhador alienado (LEFEBVRE, 2006 [1980]). Em um momento em que vimos as relações no espaço urbano tornarem-se mais abstratas, distanciadas e controladas, onde as moradias tornaram-se refúgios e os encontros com o outro restritos ao virtual, o encontro presencial se revelou pela solidariedade entre os trabalhadores nos seus territórios. Estes encontros não apenas remetem à luta pela permanência de vida, mas também apontam para a criação de relações distintas no espaço, como corpo presente e integrado no território, um corpo-território (HAESBART, 2020) que se expressou como um outro vivido de ações populares como coleta e distribuição de alimentos, promoção do monitoramento das pessoas em estado de enfermidade, difusão de informações de higiene e proteção confiáveis e com veracidade científica, além de aproveitamento de espaços de uso comum para viabilizar tais ações, inclusive com espaços para garantir o isolamento inviabilizado no espaço doméstico. Esta presença, para o enfrentamento das crises proporcionadas pela expansão da acumulação capitalista e na constituição das redes de solidariedade dentro dos setores populares urbanos, aparece como centralidade da vida dos corpos nas relações sociais em territórios periféricos, no crítico contexto atual.

Portanto, as lutas sociais evidenciam duas contradições presentes no espaço urbano, uma do capital e outra da própria condição humana. O capital continuamente gera as condições para a contestação de seus mecanismos de alienação, como os baixos salários que levaram à organização de sindicatos, ou a segregação em bairros periféricos que levou à organização de movimentos urbanos de melhoria das condições de moradia no processo de industrialização brasileiro. Ao exacerbar a mercantilização dos espaços da vida ao limite dos corpos periféricos na pandemia, o capital retira qualquer

qualidade do uso dos espaços ao negar o sentido humano dos corpos que explora e espolia. E tais corpos reagiram. A estes cabe a segunda contradição, se constituirão as condições para superar a alienação dos próprios corpos em seus territórios.

Considerações finais

A pandemia do novo coronavírus ressalta e traz à tona as diversas contradições e limites do modelo de desenvolvimento econômico vigente. Na periferia do capitalismo, em que um Estado de Bem Estar Social nunca foi implantado, a pandemia de covid-19 se assenta sobre uma estrutura marcada pelas fraturas de um modo de produção gerador de desigualdades e espoliações, historicamente presentes, agora intensificadas sob o regime de acumulação financeira combinado a um governo ultraneoliberal de cunho profascista. Assim, a pandemia de covid-19 se associa à crise urbana, em que os mais vulneráveis tornam-se ainda mais vulneráveis.

Neste ensaio, indagamos quais seriam os possíveis cenários para o futuro do urbano e para a reprodução social da vida, no Brasil, observáveis a partir do acirramento das contradições do capital em um contexto ultraneoliberal e pandêmico vigente. Apontamos a preocupação com o uso futuro de justificativas sanitaristas e higienistas para promover remoções em massa de assentamentos informais, supostamente em nome da luta contra a covid-19. Abordamos também como o modelo dominante de produção e gestão do espaço expõe a perversidade de um sistema de organização do espaço urbano que expõe a massa de trabalhadores às possibilidades de contaminação nos meios de transportes e ao trabalho informal nas ruas, ao passo que as classes médias e mais abastadas cada vez mais migram para o home office, explicitando que, numa sociedade desigual como a brasileira, o valor da vida humana segue tendo seu recorte de classe. Apontamos que, para os últimos, a nova organização do capital também guarda suas armadilhas: a organização digital e remota do trabalho cada vez mais depositará no trabalhador não apenas a responsabilidade para solucionar suas necessidades habitacionais, como também sua incumbência para adquirir, também no mercado, o espaço que lhe permita trabalhar - uma intensificação da exploração do capital sobre o trabalho e uma transformação política e ideológica do significado que assume a casa. O capital, então, ganhará duas vezes: ao não investir no espaço produtivo, re-

passando este custo ao trabalhador, e ao exigir que este adquira sua casa no mercado.

O surgimento de novas pandemias, e os desdobramentos imprevisíveis desta, indicam uma tendência de intensificação da migração das camadas médias a uma busca por moradias nas áreas periurbanas, reforçando a totalização do urbano e alterando as dinâmicas imobiliárias regionais, criando novas frentes de expulsão e gentrificação. Esse movimento acarretará, ainda, na expansão de redes de infraestrutura de internet e telecomunicação, ampliando as frentes de acumulação do capital articulado ao interesse de proprietários de terra e capital associados aos serviços de abastecimento de água e saneamento. Cada vez mais sujeitos à lógica da mercadoria, impulsionados pela privatização e pelas projeções de ganhos de dividendos nos mercados financeiros, serão maiores os obstáculos para a sobrevivência dos mais vulneráveis de nossas sociedades.

Num mundo marcado por sucessivas pandemias, o espaço público urbano se vê reduzido em seus significados de encontro e de resistências sociais, como foi com os movimentos sociais nascidos nas periferias urbanas nos anos 1970 e 1980 (HIRATA, 2018), tendo em vista o risco sanitário que torna em risco qualquer contato e diálogo social. Como trouxemos, a resposta política de coletivos que escolheram a rua para continuarem a lutar por transformações sociais, trabalhistas e políticas, passou a encarar também o risco da contaminação na pandemia. Neste contexto de crises política, econômica e sanitária, nos pareceu pertinente atentar para as contradições do espaço urbano, decorrentes das tendências que assumem o espaço como plataforma de valorização (CARLOS; VOLOCHKO; ALVAREZ, 2015) e das pressões dos usuários, como denominou Lefebvre, em prol do espaço como uso e permanência.

A dimensão da potencialidade presente no urbano apontada por Henri Lefebvre (2001) contempla a possibilidade dos encontros sem interditos, como qualidade própria da sociedade urbana emancipada. À reapropriação do espaço por parte de quem a ele confere um uso, o urbano emancipado conferiria um estado de fruição desta riqueza socialmente produzida. Sob a pandemia, esta dimensão de resistência popular presente nos encontros, no contexto explorado pelo presente texto, é reinventada na urgência da solidariedade e aponta, mesmo que brevemente e sob risco sanitário, a esta formulação lefebvriana acerca da centralidade dos encontros como prática de apropriação na sociedade urbana, em sua dimensão de maior imediatividade, necessária para a preservação das vidas. A distopia do presente nos faz vislumbrar cenários de alerta

para o futuro. A luta popular ainda teima em resistir aos processos de expropriação e degradação da vida decorrentes da produção do espaço. E isso nos parece central para compreendermos tanto o conteúdo das contradições presentes na contemporaneidade quanto das direções esboçadas para o enfrentamento da lógica destrutiva que produz, entre muitas desigualdades, pandemias como esta em que nos encontramos.

Referências

ALMEIDA, C. BATISTA, H.G. Possibilidade de manter home office após a pandemia valoriza imóveis fora dos grandes centros. O Globo, 28.jul.2020.

ALMEIDA MACHADO, G.C. A difusão do pensamento higienista na cidade do Rio de Janeiro e suas consequências espaciais. Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH, São Paulo, julho 2011. Disponível em: http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1308340710_ARQUIVO_GiseleCardosodeAlmeida-Machado-ANPUH.pdf. Acesso em jul.2020.

BENSEÑOR, I. M.; LOTUFO, P. A. Some lessons from the COVID-19 pandemic virus. São Paulo Med. J. São Paulo, v.138,n.3,p.174-175, June 2020.

BIDOU-ZACHARIASEN, C. (org.). De volta à cidade: dos processos de gentrificação às políticas de “revitalização” dos centros urbanos. São Paulo: Annablume, 2006.

BOLAFFI, G. Habitação e Urbanismo: o problema e o falso problema. In: MARI-CATO, E. (Org.) A produção capitalista da casa (e da cidade) no Brasil industrial. São Paulo, Editora Alfa-Ômega, 1982. P. 37-70.

BONDUKI, Nabil. Origens da habitação Social no Brasil: arquitetura moderna, Lei do Inquilinato e difusão da casa própria. São Paulo: Estação Liberdade, 1998, 344 p.

CARLOS, A.F.A. Espaço-tempo na metrópole. São Paulo: Contexto, 2001. 368 páginas.

CARLOS, A.F.A; VOLOCHKO, D; ALVAREZ, I.P (orgs). A cidade como negócio. São Paulo: Contexto, 2015.

CARVALHO, H. Habitação social no Brasil e no México: notas sobre transformações na forma de produção de mercado da moradia. [Dissertação de Mestrado]. São Paulo, Universidade de São Paulo, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, 2016.

CARVALHO, I. Superexplorados em plena pandemia, entregadores de aplicativos

marcam greve nacional. Brasil de Fato: São Paulo, 16.jun.2020.

CIRAD. Covid-19:The environmental origins of the pandemic. 27 abril 2020. Disponível em:<https://www.cirad.fr/en/news/all-news-items/press-releases/2020/origins-epidemic-coronavirus>. Consultado em 16 de agosto de 2020.

DATA FAVELA. Coronavírus nas favelas. São Paulo: CUVA e LOCOMOTIVA, 2020.

DOYLE, H. Politização da pandemia é tática de Bolsonaro para chegar ao golpe. In: Congresso em Foco, 10 de Outubro de 2021. Disponível em: <https://congressoemfoco.uol.com.br/area/governo/politizacao-do-coronavirus-e-tatica-de-bolsonaro-para-chegar-ao-golpe/>. Acesso em: 16 ago2020

DUSMÉNIL, G; LÉVY, D. O neoliberalismo sob hegemonia norte-americana. In: CHESNAIS, F. A finança mundializada. São Paulo: Boitempo, 2005.

ESTADÃO. Pandemia e home office colocam em xeque modelo de escritórios. Invest News, 20.jul.2020.

FRENCH-DAVIS, Capitaes golondrina, estabilidad y desarrollo. In: Estudios Internacionales, 1996.

FIX, M. Financeirização e transformações recentes no circuito imobiliário no Brasil. Tese (Doutorado) - Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, 2011.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. Déficit Habitacional no Brasil - 2015. Belo Horizonte: FJP 2018.

GORTÁZAR, N.G. Paraisópolis, uma favela contra o vírus. El País: 04.out.2020. Acesso em: 15.out.2020. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2020/09/28/eps/1601301353_524719.html>.

HAESBAERT, R. Do corpo-território ao território-corpo (da terra): contribuições decoloniais. GEOgraphia, v. 22, n. 48, 16 jun. 2020.

HARVEY, D. 17 Contradições e o fim do capitalismo. São Paulo, Boitempo, 2016.

HARVEY, D. The urban process under capitalism. International Journal of Urban and Regional Research , 2, pp. 101-131. 1978.

HARVEY, D. O trabalho, o capital e o conflito de classes em torno do ambiente construído nas sociedades capitalistas avançadas. In: Espaço & Debates, São Paulo, n. 06, ano II, 1982, p.06-35. 1982.

HARVEY, D. A brief history of Neoliberalism. Nova York: Oxford Univ. Press. 2005.

HIRATA, M.S. Fusão de lutas sociais e apropriação do espaço urbano: perspectivas da reciclagem no centro da cidade de São Paulo. In: ZAAR, Miriam; CAPEL, Horacio (Orgs.). Las ciencias sociales y la edificación de una sociedad post-capitalista. Barcelona: Universidad de Barcelona/Geocrítica, 2018. Disponível em: <<http://www.ub.edu/geocrit/Sociedadpostcapitalista/Sociedad-postcapitalista.pdf>>.

IBGE, 2020. PNAD-COVID. <https://covid19.ibge.gov.br/pnad-covid/trabalho.php>

JURADO, M.T.F. Racismo Estrutural. In: Brasil de Direitos, 26.ago.2019. Acesso em 30.ago.2020. Disponível em: <https://www.brasildedireitos.org.br/>.

KOWARICK, L. Espoliação urbana, lutas sociais e cidadania: fatias de nossa história recente. In Espaço & Debates. São Paulo, Núcleo de Estudos Regionais e Urbanos, 1981. pp. 105-113.

LACERDA, N. Movimentos lançam campanha por despejo zero durante a pandemia. Brasil de Fato, 23.07/2020.

LEFEBVRE, H. O Direito à Cidade. Trad. R.E.Frias. São Paulo: Centauro, 2001.

LEFEBVRE, H. A revolução urbana. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2004 [1970].

LEFEBVRE, H. La presencia y la ausencia: contribución a la teoría de las representaciones. Trad. O. Barahona y U. Doyhamboure. México: FCE, 2006 [1980].

LENCIONI, S. MetrÓpole e sua lógica capitalista atual face ao regime de acumulação patrimonial. Mercator, Fortaleza, v.14, n.4, Número Especial, pp. 149-158, dez. 2015.

MADEIRA, P. Despejos na pandemia deixam mais de 9 mil famílias expostas à doença. Projeto Colabora, 18.mar.2021.

MBEMBE, A. Necropolítica. In: Arte & Ensaios, Revista do Programa de Pós Graduação em Artes Visuais, Universidade Federal do Rio de Janeiro, n.32, dez.2016.

MANIR, M. Coronavírus pode ser só ‘ensaio’ de uma próxima grande pandemia, diz médico e matemático da USP. BBC News Brasil, 5 maio 2020. Disponível em:

<https://www.bbc.com/portuguese/geral-52389645>. Consultado em 16 de agosto de 2020.

MELLO, D. Movimentos de moradia denunciam à ONU remoções durante a pandemia. Agência Brasil, 26.jun.2020.

MENDONÇA, P. SANTORO, P. ROLNIK, R. Saldão COVID-19 COVID-19 para o mercado imobiliário! São Paulo, abril.2020. Acesso em: 15.mai.2020. Disponível em: <<http://www.labcidade.fau.usp.br/saldao-COVID-19-COVID-19-para-o-mercado-imobiliario/>>.

MIELE, S. A., O lugar dos investimentos imobiliário-financeiros na reprodução capitalista da Metrópole de São Paulo. In: Diez años de cambio en el Mundo, Actas del X Coloquio Internacional de Geocrítica, Barcelona, Universidad de Barcelona, 26-30. mai.2008.

O GLOBO. Com pandemia, cresce procura por uma casa no campo. O Vale, 19.abr.2020.

PEREIRA, P. C. X. (org.). Negócios Imobiliários e transformações sócio-territoriais em cidades da América Latina. São Paulo: FAUUSP, 2011.

PEREIRA, P. C. X. A reprodução do capital no setor imobiliário e a urbanização contemporânea: o que fica e o que muda. In: _____ Reconfiguração das cidades contemporâneas: contradições e conflitos. São Paulo: FAUUSP, 2016.

ROLNIK, R. A cidade e a lei: legislação, política urbana e territórios na cidade de São Paulo. São Paulo: Studio Nobel, 1997.

ROLNIK, R. Guerra dos lugares: a colonização da terra e da moradia na era das finanças. São Paulo: Boitempo, 2019.

ROYER, L. Financeirização da política habitacional: limites e perspectivas. 2009. Tese (Doutorado em Habitat) - Fac. de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo.

RUFINO, M.B.C. Incorporação da Metrópole: centralização do capital no imobiliário e nova lógica de produção do espaço de Fortaleza. 2011. Tese (Doutorado em Habitat) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo.

SANTANA, P. Como a pandemia de coronavírus pode impulsionar o êxodo urbano no futuro. Infomoney, 11.jun.2020.

TOLEDO, L. iFood, Uber Eats e Rappi: qual o futuro dos aplicativos de delivery no mercado de alimentação? InfoMoney. 11.ago.2020. Disponível em: <<https://www.infomoney.com.br/negocios/ifood-uber-eats-e-rappi-qual-o-futuro-dos-aplicativos-de-delivery-no-mercado-de-alimentacao/>> . Acesso em: 18.ou.2020.

TONE, B. B. Notas sobre a valorização imobiliária em São Paulo na era do capital

fictício. 2010. 158p. Dissertação de mestrado em Habitat – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo.

UFMG. População negra é mais vulnerável ao novo coronavírus. Minas Gerais, 07.mai.2020. Acesso em: 10.jul.2020. Disponível em: <https://www.medicina.ufmg.br/populacao-negra-e-mais-vulneravel-ao-novo-coronavirus/>.

UNITED NATIONS, Department of Economic and Social Affairs, Population Division (2018). World Urbanization Prospects: The 2018 Revision, Online Edition.

VAZ, L.F. Notas sobre o Cabeça de Porco. Rev. Rio de Janeiro, 1, 2, jan.abr: 29-35 (1986).

VILLAÇA, F. Espaço intra-urbano no Brasil. São Paulo: Studio Nobel: FAPESP: Lincoln Institute, 2001.

WHO - WORLD HEALTH ORGANIZATION. WHO Coronavirus (Covid19) Dashboard. Disponível em <<https://covid19.who.int/table>>. Acesso em: 12.mar.2021.

MÚSICA